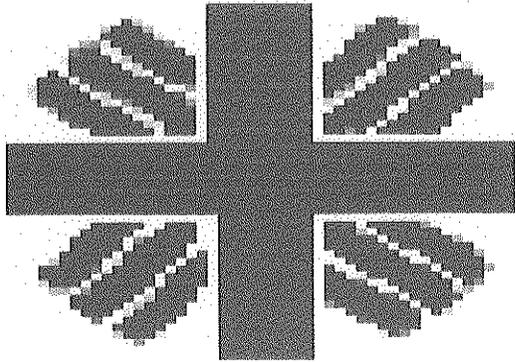
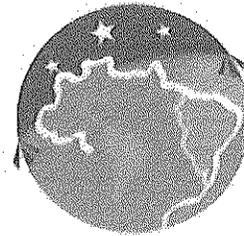


CÁRITAS REGIONAL MINAS GERAIS



**CARITAS BRASILEIRA
REGIONAL MINAS GERAIS**



ASA
ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

PROJETO

**CISTERNAS RURAIS: ALTERNATIVAS PARA AMPLIAÇÃO
DA OFERTA DE AGUA E RACIONALIZAÇÃO DOS
RECURSOS HIDRICOS NO NORTE DE MINAS E VALE DO
JEQUITINHONHA**

PERÍODO: 18 MESES

**Belo Horizonte – MG
Outubro/ 2008**

APRESENTAÇÃO

A CÁRITAS REGIONAL MINAS GERAIS vem apresentar ao FHIDRO/ SEMAD, através do IGAM, o projeto: “Alternativas para ampliação da oferta de água e racionalização dos recursos hídricos - Cisternas Rurais de captação de água de chuva no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha proposto para ser executado em 31 municípios, no período de agosto/ 2008 a dezembro/ 2009, tendo como co-executores a Cáritas Diocesana de Januária, o CAA/NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - e o CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica.

Contara ainda com a parceria estratégica da EMATER; MG através da ação direta dos técnicos dos escritórios locais para compor as CEM.

A entidade proponente é uma entidade-membro da CÁRITAS, organismo da Igreja Católica de âmbito internacional, presente em 194 países. No Brasil foi fundada pela CNBB em 1956 e vem atuando numa perspectiva ecumênica, estabelecendo parcerias com organismos nacionais e internacionais nas lutas pelo resgate e afirmação de direitos humanos. A rede brasileira de Cáritas está presente em todos os estados da federação e integra 153 entidades-membros, entre Cáritas Arquidiocesanas, Diocesanas e organizações afins.

A Cáritas Regional Minas Gerais, fundada em 1989, é uma entidade filantrópica, de utilidade pública federal, estadual e municipal (Belo Horizonte) e está inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social. Tem como missão “Testemunhar e anunciar o evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo a vida e participando da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural, junto com as pessoas em situação de exclusão social”.

Em Minas Gerais articula 13 entidades-membros que são elas: Cáritas Diocesana de Almenara, Araçuaí, Januária, Janaúba, Montes Claros, Diamantina, Paracatu, Uberaba, Leopoldina, Itabira/Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Uberaba e Ação Social Arquidiocesana de Belo Horizonte, que integram a Rede Nacional. São elas que operacionalizam as ações e programas definidos no Congresso Nacional da Cáritas Brasileira tendo como finalidade a implementação de sua missão institucional.

O Regional Minas Gerais da Cáritas conta, atualmente, com uma equipe de cinco assessores técnicos, sendo três agrônomos, um sociólogo e uma assistente social, além de uma equipe de cinco funcionários técnico-administrativos. As Cáritas Diocesanas contam com equipes próprias de funcionários graduados, de nível médio e uma ampla rede de voluntariado.

Ao longo de sua existência, a Cáritas Regional Minas Gerais e suas entidades-membros vêm acumulando uma vasta experiência de ação comunitária-social, desenvolvendo programas e projetos nas áreas de Direitos Humanos, Políticas Públicas, Economia Popular Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Convivência com o Semi-árido, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Para desenvolver suas linhas de ação, a Cáritas utiliza uma combinação de diferentes estratégias de intervenção na realidade: as

mobilizações nacionais, o fortalecimento das iniciativas da sociedade civil organizada para intervenção nas políticas públicas, as ações diretas de apoio a segmentos da população em situação de risco social.

Além de sua atuação direta junto aos grupos populares e comunidades, a Cáritas Regional tem assento em Conselhos Estaduais (CONSEA-MG, CEAS, CETER, CDRS); participa de articulações, como a ASA Brasil e ASA Minas (das quais faz parte da coordenação), da Via Campesina, da AMA-Articulação Mineira de Agroecologia, dos Fóruns de Desenvolvimento Regional do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

A Cáritas tem sido uma presença ativa nas mobilizações da sociedade brasileira e destaca-se, também, pelo desenvolvimento de ações estratégicas para o fortalecimento das capacidades da sociedade civil organizada na efetivação da gestão e controle social de recursos públicos, através da participação de suas lideranças em espaços nos conselhos de gestão; na conquista da democratização de orçamentos públicos; e na formação e capacitação para a execução de projetos.

No Semi-árido Mineiro, além das outras linhas de ação desenvolvidas junto às populações, vale destacar as ações executadas no sentido de contribuir para minimizar os impactos das adversidades sócio-ambientais, em especial atuando em situações de escassez de água para consumo humano e animal, incentivando o uso de tecnologias adaptadas e uso racional dos recursos naturais para uma melhor convivência com as secas. Assim, foram realizados diagnósticos participativos de micro-bacias; atividades de formação para o exercício da cidadania; capacitações e treinamentos para o manejo e gerenciamento dos recursos hídricos e tratamento da água; e inúmeros investimentos em obras hídricas para contenção das águas fluviais e para captação e armazenamento de águas pluviais. A Cáritas também acumula vasta experiência na gestão e execução de programas e projetos junto às populações de Minas Gerais, apoiados com recursos da Cooperação Internacional e recursos públicos governamentais.

Diante do exposto, a Cáritas Regional Minas Gerais, como entidade proponente, e as parceiras aqui apresentadas como co-executoras - a Cáritas Diocesana de Januária, o CAA/NM e o CAV (cujos perfis institucionais estão descritos no capítulo VI deste projeto), vêm apresentar o presente projeto motivadas pelo conhecimento compartilhado das realidades vivenciadas no Semi-Árido Mineiro e pelo compromisso ético que estabelecem com as suas populações, no sentido de contribuir com as suas lutas por acesso a direitos humanos essenciais. Direitos estes, que incluem o direito humano à alimentação adequada, para o qual o acesso permanente à água é condição fundamental.

Também motivadas pela convicção de que a capilaridade sócio-política e as experiências acumuladas por estas instituições podem contribuir para que os recursos a serem disponibilizados pelo FHIDRO atinjam o objetivo de melhorar a disponibilidade hídrica nas regiões do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA	Articulação Mineira de Agroecologia
ANA	Agência Nacional das Águas
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APIMC	Associação do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais
ASA	Articulação do Semi-Árido Brasileiro
ASA MINAS	Articulação do Semi-Árido Mineiro
CAA/NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CAV	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
CDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEM	Comissões Executivas Municipais
CETER	Conselho Estadual de Trabalho e Renda
CEX	Coordenadoria de Extrativismo do MDA.
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEMA	Conselho Municipal do Meio-Ambiente
CODEVASF	Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONACER	Conselho Nacional do Cerrado
CONAFLO	Conselho Nacional de Florestas
CONSEA-MG	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais
CPT	Comissão de Pastoral da Terra
CRSAN	Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO/ONU	Food and Agricultural Organization/Organização das Nações Unidas
FBB	Fundação Banco do Brasil
FEBRABAN	Federação dos Bancos do Brasil
FHIDRO	Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais.
GT	Grupo de Trabalho
GRH	Gerenciamento de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGAM	Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Sem-Terra

PIMC	Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP/FNMA	Programa de Pequenos Projetos do Fundo Nacional do Meio-Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PROSAN	Programa de Segurança Alimentar e Nutricional
PSA	Programa de Segurança Alimentar do ITER
RESAB	Rede de Educação para o Semi-Árido Brasileiro
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar do Governo Federal
SAFs	Sistemas Agro florestais
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA
SEMAD	Secretaria Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UEL	Unidade Executora Local
UG	Unidade Gestora
UGC	Unidade Gestora Central
UGM	Unidade Gestora Microrregional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO

II – JUSTIFICATIVA

III – OBJETIVOS, METAS E RESULTADOS ESPERADOS

IV – CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO E DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A – NORTE DE MINAS

B – VALE DO JETITINHONHA

V – METODOLOGIA

ETAPAS, INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS E ATIVIDADES PREVISTAS

VI – ENTIDADES ENVOLVIDAS

VII – ORÇAMENTO DO PROJETO

VIII – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

IX – PLANO DE APLICAÇÃO

X – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

XI – ANEXOS

ANEXO I – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DAS CISTERNAS

ANEXOS III- MATERIAL DE COMUNICAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

O projeto “Alternativas para ampliação da oferta de água e racionalização dos recursos hídricos - Cisternas Rurais de captação de água de chuva no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha” está sendo apresentado ao FHIDRO/SEMAD com o propósito de dar continuidade a um conjunto de ações que vêm sendo desenvolvidas pela ASA no Semi-Árido Mineiro, que visam a formação e mobilização social das populações rurais para a convivência com a seca, construindo e investindo em alternativas de acesso à água em situações de escassez.

Estas ações se realizam a partir do envolvimento das populações e suas organizações em uma ampla rede de atores sociais articulados na ASA Brasil e ASA Minas, em parceria com a APIMC – Associação do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais.

A ASA Brasil é uma articulação social que propõe a participação da sociedade civil nas definições de políticas públicas adequadas para a convivência com o Semi-Árido e ambiciona a construção de um elo do povo do Semi-Árido para exercício da cidadania e a conquista de condições dignas de vida. Tem como uma de suas estratégias a execução do PIMC que tem como meta a construção de um milhão de cisternas para captação de água de chuvas nas zonas rurais do Semi-Árido Brasileiro, assentada em processos participativos e educativos.

Esta tecnologia foi proposta a partir de experimentações e constatação da possibilidade concreta de captação da água das chuvas que caem sobre os telhados, conduzi-la por meio de calhas, armazená-la próximo das casas e tratá-la para consumo humano. Estudos realizados comprovam que uma cisterna com capacidade de armazenar 16.000 litros de água de chuva é suficiente para abastecer as famílias com água para beber, cozinhar e para higiene pessoal, pelo período de um ano. Também já está comprovado que a implantação das cisternas contribui para minimizar os efeitos perversos das estiagens prolongadas, muito comuns no Semi-Árido, reduzindo os riscos do consumo de águas contaminadas. É uma tecnologia simples, de baixo custo e adaptada às condições do semi-árido.

Atuando no contexto do Semi-Árido brasileiro, A ASA e suas organizações parceiras, através do PIMC desde o ano 2000, com o apoio de agências como a ANA, OXFAM, FEBRABAN, CODEVASF e do Governo Federal (MMA e MDS), mobilizou 227.504 famílias e construiu 221.519 cisternas até fevereiro/ 2008, capacitando 206.604 famílias em GRH - Gerenciamento de Recursos Hídricos. Para esta execução foram organizadas e capacitadas 4.193 CEM - Comissões Executivas Municipais, além da capacitação de 5.706 pedreiros executores, 174 pedreiros instrutores, 4.660 confeccionadores de bomba manual e 284 educadores multiplicadores em ações de GRH.

No Semi-Árido Mineiro, sob a gestão da Cáritas, do CAA/NM e CAV, foram 8.774 famílias mobilizadas e 8.566 cisternas construídas, com 10.097 famílias capacitadas em GRH; contanto também com 254 CEMs, 274 pedreiros e 245 confeccionadores de bomba manual, devidamente capacitados (Dados da ASA Brasil, 2008).

Dessa forma, considerando a experiência acumulada, os resultados já obtidos e os impactos positivos na melhoria das condições de vida das populações rurais, é que apresentamos este projeto, com a expectativa de que o apoio do FHIDRO/ SEMAD possa contribuir para a continuidade destas ações, que ampliam as possibilidades de garantia do acesso à água potável para mais 2.000 famílias rurais, a partir do uso da água de chuva armazenada em cisternas rurais.

Neste sentido, a partir de diálogos com parceiros regionais e locais, foram selecionados 31 municípios nas áreas de atuação das entidades co-executoras, considerando:

- Critérios adotados pelo IGAM para a definição de áreas prioritárias e municípios priorizados em cada área (conforme documento elaborado por sua equipe técnica: “Proposta para Melhoria da disponibilidade hídrica na região Norte, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri”, 2008).
- Ações que se encontram em curso no Semi-Árido para potencializar a convivência com a seca e suas adversidades.
- Situações cíclicas de emergência presentes nos municípios, anualmente, devido às estiagens prolongadas.

Assim, foram selecionados os seguintes municípios para a implantação do projeto aqui proposto (vide Anexo I: Mapa da Localização dos Municípios Selecionados):

A – Norte de Minas: Bocaiúva, Bonito de Minas, Capitão Enéas, Cristália, Francisco Sá, Ibiracatu, Indaiabira, Januária, Montes Claros, Ninheira, Rio Pardo de Minas, Santa Cruz de Salinas, São Francisco, São João das Missões, São João do Paraíso e Taiobeiras.

B – Vale do Jequitinhonha: Berilo, Cachoeira do Pageú, Caraiá, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itinga, Jequitinhonha, Minas Novas, Monte Formoso, Padre Paraíso, Pontão dos Volantes, Rubelita e Virgem da Lapa.

No desenvolvimento da proposta aqui contida, apresentamos uma breve descrição do Semi-Árido Brasileiro e Mineiro, buscando contextualizar as condições de vida de suas populações a as ações em curso que justificam a apresentação deste projeto, bem como o contexto da atuação e a rede de interações das entidades aqui apresentadas como proponente e co-executoras, além dos objetivos e resultados esperados com sua implantação.

No capítulo dedicado à metodologia, discorreremos sobre os princípios e pressupostos da metodologia adotada, descrevendo suas etapas e as ações a serem desenvolvidas na execução do projeto.

Finalmente, apresentamos o Plano Orçamentário e os anexos.

II - JUSTIFICATIVA

O Semi-Árido Brasileiro é o maior do mundo em extensão, com uma área de 974.752 km², abrangendo 86% do território da região nordeste e a região setentrional de Minas Gerais, onde vivem 21 milhões de habitantes em áreas urbanas e rurais (IBGE, censo 2000).

Nesta região, a insuficiência e irregularidade na distribuição de chuvas, a temperatura elevada e a forte taxa de evaporação são características que se refletem na disponibilidade hídrica, na conformação dos ambientes e nos arranjos produtivos.

Com uma diversidade enorme de ambientes e populações, convivendo com suas potencialidades e fragilidades, apresenta uma realidade bastante complexa, tanto no que se refere aos aspectos geofísicos, quanto à ocupação humana e à exploração dos seus recursos naturais.

Foi exatamente o desconhecimento ou a desconsideração da complexidade do Semi-Árido que conduziu o Estado brasileiro à preconização de modelos de devolvimento inadequados e nefastos para a região, provocando desequilíbrios ambientais, desestruturação dos pilares de sustentação das atividades produtivas e reprodutivas, e agravando as condições de pobreza de suas populações, que vêm assumindo proporções de calamidade.

Na região semi-árida encontram-se os piores índices de desenvolvimento humano, com 86,5% da população nordestina vivendo em condições de pobreza e indigência e apresentando os piores indicadores sociais de mortalidade infantil, de educação e de renda per capita.

Historicamente, a situação de miséria na região semi-árida vem sendo associada às adversidades climáticas e às estiagens prolongadas, quando as chuvas são insuficientes ou irregulares para permitir a produção e a subsistência, e aumentam as dificuldades de acesso à água e aos alimentos. No entanto, esta situação é um fenômeno estrutural, sendo uma expressão das formas históricas de ocupação dos espaços e utilização dos recursos naturais, com base na concentração fundiária, na privatização das águas, na concentração da renda e do poder, culminando com a implementação de políticas públicas paliativas e compensatórias, além de inadequadas para a solução dos reais problemas do semi-árido.

Esta situação está refletida e reproduzida no Semi-Árido mineiro (caracterizado no capítulo IV deste projeto), que corresponde a 34% da área territorial do estado de Minas Gerais, compreendendo o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha.

A região é composta, na sua grande maioria, de municípios de pequeno porte com baixos índices de desenvolvimento humano. Com exceção do município de Montes Claros – considerado município de porte médio e pólo regional – os demais municípios selecionados para serem beneficiados com este projeto apresentam uma precária infra-estrutura, altos índices de analfabetismo e baixos indicadores sociais de qualidade de vida. Quando se trata da zona rural e suas populações tradicionais, sem exceção, a situação é ainda mais agravante.

Convivendo com os impactos ambientais provocados pelo modelo desenvolvimentista em curso da região, vêm assistindo secamento de suas fontes de água, advindo por uma progressiva diminuição da recarga dos aquíferos freáticos e subterrâneos; ao cerceamento do acesso e uso das terras; à desestabilização de seus sistemas produtivos; e sendo submetidos a constantes situações de insegurança alimentar e nutricional.

Além disto, as comunidades rurais tradicionais são quase totalmente desprovidas de equipamentos sociais para atendimento às necessidades básicas de suas populações, como exemplificaremos a seguir, a partir de dados e informações obtidos em diagnósticos realizados pela entidade proponente e as co-executoras em suas áreas de atuação, através de pesquisas de campo e dados estatísticos de fontes secundárias.

Com relação ao acesso e abastecimento d'água, na zona rural destes municípios predominam as moradias com acesso restrito à água, se considerarmos que, mesmo aquelas abastecidas por poço ou nascentes têm o acesso restringido, uma vez que, a água captada em poços ou nascentes não é distribuída e os mesmos localizam-se a distâncias consideráveis das moradias. Também vale considerar que a captação e distribuição de água para consumo humano já sofrem a consequência da sua redução: em todos os municípios, tanto na zona urbana como rural, já existem períodos de racionamento da quantidade e da frequência da oferta de água. Além disso, a distribuição de água canalizada em alguns dos pequenos municípios é deficitária em relação à demanda da necessidade para o consumo humano.

Outra questão relativa ao abastecimento de água está relacionada com o tratamento. A água que é distribuída por rede canalizada, na zona urbana, recebe tratamento convencional em quase todos os municípios. Para as moradias da zona rural que são abastecidas por poços ou nascentes e aquelas com acesso restrito não há nenhum tipo de tratamento da água e as condições de armazenamento são extremamente precárias: reservatórios sem tampas ou tambores e latões. Quando muito, a água recebe tratamento domiciliar através de filtros, sendo que em boa parte das moradias a água é armazenada em potes de barro sem nenhum tipo de filtragem. Esta situação é ainda mais agravante considerando que em todos os municípios selecionados os cursos de água recebem algum tipo de poluição, inclusive aqueles em que a água é captada para distribuição à população. O tipo de poluição de maior incidência é o despejo do esgotamento doméstico, seguido da disposição inadequada de resíduos sólidos (lixo); o uso de agrotóxicos ou fertilizantes e a criação de animais, especialmente a bovinocultura. Os altos níveis de contaminação das águas vêm provocando graves impactos, tanto na saúde humana, quanto na cadeia alimentar.

Diante desta realidade, as comunidades de populações tradicionais do Semi-Árido Mineiro e suas organizações sócio-políticas, apoiadas pelos movimentos sociais e entidades de assessoria, vêm construindo propostas e desenvolvendo ações exemplares de intervenção nesta realidade que possam contribuir para a melhoria das suas condições de vida.

Propõe a implementação e consolidação de Políticas Públicas adequadas para a região, com foco no acesso a terra e à água; no desenvolvimento de tecnologias alternativas e apropriadas para captação e armazenamento de águas fluviais e pluviais, que contribuam para a melhoria da oferta hídrica na região; no acesso e melhoria dos serviços sociais básicos; na educação para convivência com o Semi-Árido, reconstruindo valores, concepções e práticas; no fortalecimento da agricultura familiar; através de incentivo a produção, beneficiamento e comercialização justa dos seus produtos agrícolas e não agrícolas, resgatando uma vida digna nesta região.

A estratégia de captação de água de chuva, de acordo com o artigo II do FIDRO:SEMAD que aborda acerca da racionalidade, de controle erosivos e prevenção de inundações, é uma das opções tecnológicas opção que compreende os itens previstos neste artigo, como – os

processos de racionalização das fontes de água da comunidade, uma vez que ao armazenar 16.000 litros de água há um aumento da oferta hídrica para as famílias. Aliado a este resultado podemos relacionar esta ação com a diminuição; controle dos processos erosivos locais. Toda esta água de chuva captada pelas cisternas poderia aumentar os riscos para inundações.

Neste sentido é que estamos apresentando este projeto ao FIDRO/SEMAD, propondo a continuidade de um conjunto de ações que, além de aumentar a oferta hídrica na região através da construção de 2.000 cisternas para captação de água de chuvas, tem o mérito de contribuir para facilitar o acesso à água para famílias em condições geofísicas e climáticas adversas, excluídas de outras possibilidades de acesso aos procedimentos convencionais de captação e distribuição de água tratada e com boa qualidade.

A proposição deste conjunto de ações também vai além das obras físicas, uma vez que a execução deste projeto pressupõe o envolvimento dos beneficiários em todas as etapas e sua inserção numa ampla rede social, utilizando metodologias participativas (conforme descrito nos capítulos V e VI), que visam contribuir com uma construção de conhecimentos para o exercício da cidadania e co-participação das comunidades na gestão de seus projetos, criando oportunidades para que as suas organizações de base e representativas desenvolvam aprendizados e exercitem habilidades de administração e utilização de recursos públicos.

Concluindo esta justificativa, ainda vale ressaltar que as experiências desenvolvidas com a tecnologia proposta e as metodologias utilizadas pela rede constituída no Semi-Árido Brasileiro e Mineiro (conforme informamos na introdução deste projeto) têm apresentado resultados altamente satisfatórios e impactos bastante positivos na melhoria da qualidade de vida das famílias. O acesso ao armazenamento de água potável e tratada para atendimento de suas necessidades vitais: bebida humana e animal, preparo de alimentos, higiene pessoal e domiciliar e, muitas vezes, incremento na produção de alimentos e plantas medicinais, através do melhoramento dos quintais, contribui significativamente para redução das condições de insegurança alimentar e nutricional e com medidas de proteção à saúde.

III – OBJETIVOS, METAS E RESULTADOS ESPERADOS

3.1. OBJETIVO GERAL:

Apoiar os processos de mobilização social para construção de cisternas rurais no semi-árido mineiro numa perspectiva de ampliar a oferta de água na região e da racionalização do uso dos recursos hídricos, evitando processos erosivos e de inundações.

Continuidade de ações afirmativas em defesa de direitos humanos das populações rurais do Semi-Árido Mineiro e de promoção da cidadania, com vistas a ampliação da oferta hídrica nesta região e do acesso a água potável, buscando o fortalecimento de seus sistemas de produção, de estratégias de recuperação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Contribuição para a mobilização e animação das populações rurais e suas organizações, bem como para sua articulação em movimentos e redes sociais, através de processos de formação para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento de habilidades entorno da proposição, negociação e execução de políticas públicas diferenciadas para a região do Semi-Árido Mineiro.
- Promoção e animação de processos de capacitação nas comunidades rurais e suas organizações de representação e de apoio, para a execução e gestão de programas e projetos públicos que apoiem a melhoria de suas condições de vida.
- Incentivo ao uso racional dos recursos hídricos, com investimentos em tecnologias alternativas e adaptadas para a região, que ampliem as possibilidades de captação, distribuição, armazenamento e tratamento de água para consumo humano.
- Articulação das organizações locais em redes de solidariedade e apoio às populações rurais, buscando fortalecer as suas lutas em defesa de direitos humanos, dos seus ecossistemas e dos biomas Cerrado e Caatinga.
- Promoção de processos de formação para educadores e lideranças comunitárias em temáticas em torno do gerenciamento de recursos hídricos, que atuem como multiplicadores de ações socioeducativas para animação de mudanças de atitudes que contribuam para a recuperação e conservação dos recursos naturais.
- Construção de 2000 cisternas para captação de águas pluviais com vistas a ampliação da oferta de água, racionalização em situações de escassez de recursos hídricos.

3.3. METAS:

- Construir, no período de 18 meses, 2.000 cisternas rurais em 31 municípios do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, para captação e armazenamento de água de chuvas.
- Capacitar 2.000 famílias e recapacitar 600 famílias para o gerenciamento de recursos hídricos e convivência com o Semi-Árido.
- Revitalizar e capacitar 31 Comissões Executivas Municipais para a co-gestão e acompanhamento à execução do projeto, através de cursos com 20 participantes de cada Comissão.
- Promover processos de aperfeiçoamento de confecção de bombas manuais, através da realização de 03 oficinas com 20 participantes em cada uma.
- Realizar 02 oficinas de Planejamento e Monitoramento com as Unidades Gestoras com 30 participantes em cada uma.
- Realizar 06 Encontros Microrregionais e 02 Encontros Regionais para intercâmbio de experiências e avaliações da execução do projeto, envolvendo 30 representantes das comunidades, comissões e parceiros de cada microrregião.
- Produzir material didático-pedagógico para auxiliar os processos de capacitação e a divulgação das ações do projeto, através da confecção e circulação de 15.000 cartilhas educativas sobre a convivência com o semi-árido e o uso dos recursos hídricos; 5.000 cartazes; reprodução de 10.000 exemplares do Informativo ASA; produção de 10 programas de rádio; e aquisição de material para registros fotográficos.
- Elaborar, trimestralmente, Relatórios da execução físico-financeira do projeto, para serem apresentados ao órgão financiador e à sociedade civil.

3.4. RESULTADOS ESPERADOS:

- 2.000 famílias com acesso facilitado à água de boa qualidade.
- 2.600 famílias mobilizadas, capacitadas e adotando práticas sustentáveis de uso e conservação dos recursos hídricos.
- Melhoria nas condições gerais de alimentação e saúde das famílias, com redução dos níveis de insegurança alimentar e nutricional.
- Aumento das capacidades das organizações das populações rurais para execução e gestão de seus projetos, e para a mobilização entorno das suas lutas por direitos sociais básicos e preservação dos seus ecossistemas e biomas.

IV – CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO E DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O presente projeto está sendo proposto para ser implantado junto a 2.000 famílias rurais, localizadas em 31 municípios do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, região caracterizada como o Semi-Árido Mineiro.

São agricultores e agricultoras familiares que ocupam variados ecossistemas da região e que foram, historicamente, conformando agroecossistemas e diversos sistemas de organização sócio-cultural e econômica, caracterizando modos de vida distintos e peculiares dos habitantes da caatinga, dos cerrados, das veredas, das ilhas e vazantes do rio São Francisco, dos remanescentes de indígenas e quilombos, além dos pescadores e mineradores. Estas categorias populacionais acumularam diferentes sistemas cognitivos, construindo estratégias sensíveis no campo produtivo e reprodutivo, para o manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento das potencialidades de distintos habitats, o uso de variedades genéticas de plantas desenvolvidas e adaptadas aos diferentes agroambientes, no aproveitamento intrínseco da biodiversidade presente na flora nativa e da disponibilidade dos recursos hídricos.

No entanto, os programas governamentais de “modernização e ajuda ao desenvolvimento” ocorrido no semi-árido norte-mineiro desconsideram por completo esta diversidade de populações rurais e seus modos de vida. Pelo contrário, afetou as bases de sustentação e de reprodução social destes grupamentos humanos, promovendo a expropriação da terra, a perda de seu bioma e de sua relação tradicional com o ambiente, na qual se interpõe o capital (conforme informam estudos realizados pelo CAA/NM, CAV e CÀRITAS).

A – O NORTE DE MINAS

Do ponto de vista ecogeográfico, a região do Norte de Minas caracteriza-se como uma ampla faixa de transição, entre uma vegetação típica do Planalto Central Brasileiro – os Cerrados – e as formações que fazem contato com a Caatinga, vegetação típica do semi-árido Nordeste. Em função das mudanças de altitude e linhas de drenagem vão se formando as áreas de domínio, ora do cerrado, ora da Caatinga, se entrelaçando e conformando complexos e variados ecossistemas de transição.

As áreas de domínio dos Cerrados são compostas por diversos ambientes que as populações regionais classificam como sendo cerradão, gerais, vazantes, veredas, barrancos e zonas de transição com a caatinga. Destacam-se como unidades fitofisionômicas tanto pela sua grande expressividade, quanto pelo percentual de áreas ocupadas, entremeadas por formações de florestas, várzeas, campos rupestres e outras. As áreas de domínio da Caatinga possuem, regionalmente, duas formações vegetais: a caatinga arbórea situada no vale do Rio Verde Grande, e a caatinga arbustiva situada no mesmo vale, já na fronteira com a Bahia. O domínio da Caatinga tem uma fisionomia de deserto, com índices pluviométricos muito baixos (500-700 mm anuais), com temperaturas médias entre 24 e 26 graus, que pouco variam durante o ano. Além dessas condições climáticas rigorosas, a região das Caatingas está submetida a ventos fortes e secos, que contribuem para a aridez da paisagem nos meses de seca. Neste período, o sol forte acelerada evaporação da água das lagoas e rios que, nos trechos mais estreitos, secam e param de correr (CAA/NM, Avaliação Ambiental Integrada, 2006).

Este é um território de encontro entre as bacias do Rio São Francisco, Jequitinhonha e Pardo de Minas, ao mesmo tempo de encontro e confronto de um conjunto diferenciado de histórias de ocupação econômica, políticas de desenvolvimento e sistemas de conhecimento. Aqui, a agricultura familiar subsiste e permanece ocupando a maioria absoluta da população rural de Minas Gerais. De um total de dois milhões de pessoas ocupadas no campo em Minas, 1.294.000 encontram-se absorvidas pela agricultura familiar, sendo que 250.000 estão na região Norte de Minas (IBGE, 1995/96).

A compreensão das populações nativas sobre o regime das secas e o regime das águas, e as estratégias desenvolvidas fazem parte da convivência estreita estabelecida ao longo dos séculos, frente aos limites e potencialidades agroecossistêmicas, garantindo a sobrevivência de seus sistemas agroalimentares e condições de reprodução social.

Porém, os programas e projetos de desenvolvimento agropecuário implementados desconsideram estas relações, introduzindo sistemas depredatórios do ambiente, com altos gastos energéticos e de insumos. Relações causais equivocadas entre seca e pobreza fizeram parte de discursos modernizadores, que embasaram a implantação de grandes projetos empresariais subsidiados por políticas governamentais, que serviram para a reprodução de uma sociedade desigual baseada em privilégios de acesso aos recursos e relações clientelísticas, inaugurando a dependência estreita entre agricultura e indústria, sob o paradigma do capital.

O desmatamento de extensas áreas de cerrado para implantação da monocultura do eucalipto; os grandes projetos de pecuária de corte e de irrigação com uso intensivo de agrotóxicos; a construção de grandes barragens; e a extração intensiva de argila nos cursos dos rios, foram pilares detonadores de um enorme impacto ambiental e da desestruturação da agricultura familiar e do extrativismo na região. Assiste-se a um empobrecimento crescente na região e são instaurados processos conflituosos entre as elites econômicas e políticas e as populações tradicionais, que vivenciam restrições de acesso à terra e à água, apresentando os mais baixos índices de desenvolvimento humano (conforme descrito na justificativa deste projeto).

Assim, encontra-se em curso no Norte de Minas uma crescente movimentação das populações tradicionais, suas organizações representativas e organizações sociais de apoio e assessoria, entorno da em defesa da recuperação, preservação ambiental e da proteção dos nossos ecossistemas e biomas; e para a construção e negociação de propostas que possam dar sustentação e fortalecer as lutas sociais para o enfrentamento das relevantes questões que impactam a vida das comunidades; e para reivindicações da realização de direitos humanos essenciais; dentre as quais destacaremos algumas no Capítulo VI deste projeto.

B – O VALE DO JEQUITINHONHA

A região do Alto e Médio Jequitinhonha, área de abrangência deste projeto, localiza-se no nordeste de Minas Gerais. Tem um relevo marcado por espaços distintos, mas ao mesmo tempo complementares: grotas e chapadas. As grotas são as meias encostas, vales de áreas úmidas e frescas onde se localizam, na maior parte das vezes, as nascentes d'água. Em contraposição às grotas estão as chapadas: grandes extensões de terras planas e elevadas, espigões naturalmente pouco férteis, com escassas fontes de água.

Neta região, os laços de parentesco construíram as comunidades rurais: são herdeiros de ancestrais comuns que iniciaram o povoamento da localidade. A descendência articula-se a um território e este condensa a diversidade de ambientes, o que faz com que a região possua um regime agrário muito peculiar, designado localmente como terra no bolo, no comum de uma família extensa: é uma terra de herança indivisa, sem partilha formal, dividida parcial e temporariamente por acordo entre herdeiros. Assim, combina glebas de uso privativo das famílias – áreas de trabalho, de lavoura – com outras de uso comunitário – as soltas, os campos, os capões – usadas para pastoreio do gado e extração de recursos da natureza. São áreas abertas, em contraposição aos terrenos de lavoura que são cuidadosamente cercados. Ao combinar esses dois usos – trabalho e extração – com apropriações privada e comunitária da terra, as famílias rurais constituíram um regime agrário relacionado com as disponibilidades ambientais e o relevo desta região.¹

Nas grotas, a principal baliza de localização das famílias é o acesso à água. As famílias vão se localizando próximas às fontes de água: nascentes ou córregos, de modo que disponham de água para consumo doméstico e para atividades produtivas. Começando na casa de morada, o terreno familiar se alonga de forma descontínua pelo espaço, procurando as várias possibilidades do meio: cultura, carrasco, campo, capão, chapada.²

A maior parte das áreas de produção e trabalho familiar também está locada nas grotas: o terreiro onde são cultivados frutos, canteiros de plantas medicinais, flores, temperos, e onde são manejadas criações como: galinhas e porcos; as terras de cultura onde se cultiva milho, feijão, abóbora, quiabo, amendoim, andu, feijão-catador; e as áreas comunitárias de beneficiamento da produção: engenho de cana, tenda de farinha, alambique.³

Essas atividades produtivas só são possíveis porque nas grotas estão as fontes d'água, que regulam as possibilidades produtivas das famílias. A proximidade com a água é fundamental para a organização da família no espaço: define o local da moradia; é crucial na estruturação do trabalho feminino – porque são as mulheres as responsáveis por buscar água, e quanto mais longe a fonte mais tempo elas precisam dedicar a essa atividade – e define as atividades produtivas.

Parte das chapadas que vinham sendo usadas em comum por famílias e comunidades foram desestruturadas por plantios, em larga escala, de eucalipto. Iniciado em meados dos anos 1970 como um projeto de desenvolvimento para a região, o plantio empresarial do eucalipto foi fomentado por programas públicos, por meio de créditos e benefícios fiscais. Acreditava-se que as extensas chapadas cobertas por vegetação característica de cerrado eram um vazio de pessoas e recursos naturais. Assim, foi dizimada grande parte da vegetação nativa para a implantação da monocultura de uma planta exótica, que implicou em expropriação de terras comuns e grandes impactos ambientais. A monocultura do eucalipto originou duas principais consequências: a intensificação do uso da terra nas grotas e o desmatamento da vegetação nativa nos mananciais e em suas áreas de recarga.

¹ Para maiores detalhes sobre esse regime agrário do alto Jequitinhonha ver Galizoni (2002) e Ribeiro e outros (2004).

² Sobre a diversidade ambiental no Jequitinhonha consultar Galizoni (2002) e Ribeiro e Galizoni (2003).

³ Sobre produção familiar no Jequitinhonha ver Graziano (1986), Amaral (1988) e principalmente Noronha (2003).

Apesar das restrições impostas pela privatização de chapadas, as famílias de agricultores reorganizaram internamente seu sistema de produção, ampliaram alternativas como a migração sazonal, intensificaram o uso familiar das terras nas grotas e recriaram o sistema de uso comum nas chapadas remanescentes.⁴

Sempre que se referem ao Vale do Jequitinhonha, o mesmo é associado à seca e à fome. Assim, com o decorrer do tempo, e principalmente depois dos anos 1960, a intermitência das secas direcionou uma série de ações públicas emergenciais para facilitar o acesso à água na região. Foram usadas alternativas como a perfuração de poços artesianos, a construção de barragens de perenização ou captação de água em rios para paliar a escassez. Quase todas essas alternativas, com maior ou menor grau de acerto, tornaram-se importantes para o abastecimento imediato da população rural. Mas, a cada novo ciclo de seca, o problema tem que ser enfrentado novamente e drena boa parte dos recursos públicos em ações emergenciais de abastecimento de água.

Por sua vez, famílias e comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, construíram estratégias produtivas, reprodutivas e políticas para lidar com essas situações críticas e cíclicas de escassez d'água. Criaram ao longo do tempo lógicas familiares de consumo, critérios de prioridade de uso, e técnicas de gestão comunitária de abastecimento e acesso às fontes. Aprenderam a organizar a produção pautando-a pela oferta de água, e, em casos extremos, pela ausência dela: estabeleceram uma urdidura cultural e produtiva entre famílias, espaço e água. Faltando a água de qualidade, as rotinas das famílias e comunidades rurais são profundamente alteradas. Quando nascentes secam, as famílias precisam buscar água a uma distância cada vez maior, aumentando a jornada diária de trabalho, principalmente a feminina. (Freire, 2001; Ribeiro e Galizoni, 2003).

Em situações de escassez as famílias priorizam água de nascente para consumo humano e escolhem algumas atividades produtivas que serão abandonadas no período seco. Mas essa escolha não é simples. Ela faz parte de cálculos que têm que considerar as necessidades familiares a curto, médio e longo prazo, e, parte das vezes, essas decisões imediatas têm rebatimento direto nas possibilidades futuras. Decidir sobre as prioridades de uso da água significa repensar as estratégias familiares de reprodução; principalmente, porque água é fundamental para a sobrevivência humana em dois aspectos: para beber e para produzir alimentos. Assim, se num período de estiagem mais intensa a família priorizar a água para beber significa, muitas vezes, reduzir a produção de alimentos, tendo como conseqüências a diminuição da renda e situações de insegurança alimentar e nutricional.

Em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, as lógicas de consumo são horizontes importantes para compreender as estratégias familiares e comunitárias de gestão da água. Principalmente, nos momentos de escassez quando decisões de alocação e priorização do uso da água podem interferir fortemente em toda a estratégia de reprodução familiar, criando fissuras e dificuldades extremas para a reprodução.

⁴ A implantação das empresas reflorestadoras nas chapadas e suas conseqüências foram analisadas por Graziano, (1986), Furtado (1985), Silva (s.d.), Moura (1988) e Calixto (2006).

V - METODOLOGIA

A experiência acumulada pela Cáritas Regional Minas Gerais, pela Cáritas Diocesana de Januária, pelo CAV e CAA/NM vêm se pautando pelo desenvolvimento de estratégias metodológicas que possam promover sinergias positivas em torno da dinâmica sócio-política encontrada nas realidades em movimento, buscando sempre respeitar e valorizar o conhecimento das populações e estimular o debate permanente, a partir do diálogo e aprendizado em meio ao público trabalhado. As ações são orientadas para a visibilização, valorização, autonomia e fortalecimento das iniciativas populares, para a constituição de vínculos solidários e para a construção de redes sociais que contribuam na execução das atividades, no acompanhamento e no controle social.

Assim, são construídas metodologias encorajadoras de ações posteriores protagonizadas pelos agricultores e suas organizações, que conduzam a busca da compreensão de suas dinâmicas, numa perspectiva multidimensional e com uma postura pedagógica horizontalizada. Busca-se uma construção compartilhada dos conhecimentos e das metodologias, que possibilitem sua apropriação pelos atores envolvidos nos processos e a irradiação desses conhecimentos.

Para a execução deste projeto, está sendo proposta a adaptação da metodologia que é utilizada para a execução do PIMC – Programa Um Milhão de Cisternas -, e que vem sendo praticada pelas organizações que compõem a ASA Brasil, desde 2001, e que já construíram, até fevereiro/ 2008, 221.600 cisternas no Semi-Árido Brasileiro.

Tal metodologia tem como princípio a participação da sociedade civil organizada em todas as etapas da execução do projeto e no controle social, e uma concepção educativa que possibilita a construção de uma visão ampliada sobre as possibilidades de convivência das populações com o Semi-Árido, observando princípios de sustentabilidade ambiental e sócio-econômica. Para animação dos processos são indicadas organizações da sociedade civil com capilaridade social e capacidade administrativa, que recebem a denominação de UGC – Unidade Gestora Central – e GM – Unidade Gestora Microrregional –, além da constituição das CEM - Comissões Executivas Municipais, com participação de representantes das comunidades a serem beneficiadas e de organizações sociais presentes no município. Entre as organizações componentes da CEM, uma deverá ser indicada para se constituir enquanto UEL – Unidade Executora Local, para coordenação e acompanhamento da execução do projeto nas comunidades do município, registro das informações e conexão com as UGMs.

No contexto do projeto que está sendo apresentado, as entidades co-executoras já estão constituídas como UGMs do PIMC e acumulam significativa experiência com esta metodologia, conforme explicitação constante do capítulo seguinte. Também já existem CEMs e UELs constituídas e capacitadas na maior parte dos municípios selecionados para serem beneficiados com este projeto.

Também constam nesta metodologia os procedimentos para controle social: registro da realização das metas físicas e financeiras e elaboração de documentos para publicização; encontros microrregionais e regionais para monitoramento e avaliação da execução das ações.

Sendo assim e considerando que a organização já instalada e a experiência acumulada pelos atores sociais envolvidos na proposta são fatores favoráveis para o alcance dos objetivos estabelecidos, apresentamos a seguir as etapas e os instrumentos metodológicos que deverão orientar a sua execução.

Do ponto de vista metodológico podemos considerar a execução deste projeto com efeito multiplicador que dissemina práticas de uso sustentável da água de chuva, uso racional das fontes de água das comunidades incluídas. As opções definidas para os processos de formação que se inicia desde a composição da CEM até a família envolvida no projeto e com uso de materiais didáticos adequados para a realidade destas famílias devem garantir este efeito multiplicador.

ETAPAS, INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS E ATIVIDADES PREVISTAS.

Etapa 1 – Mobilização comunitária, seleção e cadastramento de famílias.

Nesta etapa, as CEMs deverão selecionar as comunidades a serem beneficiadas com a construção das cisternas, a partir de critérios pré-definidos nas instâncias instituídas para deliberação (reuniões da ASA Brasil e Minas, Fóruns Regionais de Desenvolvimento e CEMs) e mobilizar as organizações comunitárias para a identificação de potencialidades e carências locais dos recursos hídricos. Neste momento, com a participação de representantes comunitários, os critérios pré-definidos poderão ser re-avaliados, de acordo com especificidades das realidades locais e níveis de demanda das famílias para investimentos em tecnologias que propiciem o acesso e armazenamento da água para suas necessidades vitais.

Considerando os principais critérios estabelecidos são priorizadas: (a) famílias lideradas por mulheres; (b) famílias com maior número de crianças na faixa etária de 0-6 anos; (c) famílias com crianças na faixa etária de 7-14 anos, matriculadas em escolas; (d) famílias com membros idosos (idade superior a 65 anos); (e) famílias com membros portadores de necessidades especiais; (f) famílias com renda per capita menor ou iguala meio salário mínimo, excetuando aposentados e pensionistas.

Estas atividades serão assessoradas pelos animadores contratados pelas UGMs que, junto com as UELs, efetuarão o cadastramento das famílias e orientarão a constituição de Comissões Comunitárias para acompanhamento da construção das cisternas nas comunidades e mobilização das famílias para participação nos eventos a serem realizados nas comunidades.

Etapa 2 – Capacitações

Os processos de capacitação serão coordenados e ministrados pelas UGMs, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de habilidades dos atores locais para a execução do projeto e investir na formação complementar, a partir de temas definidos na ASA e nos Fóruns Regionais, de acordo com as realidades locais, buscando aperfeiçoar as interações e qualificar as compreensões sobre a convivência com o Semi-Árido. Assim, são definidas as seguintes linhas de capacitação:

2.1. Capacitação e Recapacitação das famílias.

A totalidade das famílias selecionadas - 2.000 - para serem beneficiadas com a implantação das cisternas para captação de águas pluviais deverá receber orientações a partir de recursos de capacitação temática apresentadas a seguir:

a) GRH – Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Serão realizados cursos em cada comunidade, envolvendo representantes das famílias selecionadas, discutindo a importância da cisterna na situação de escassez de água em que vivem; os cuidados necessários para a sua manutenção e, principalmente, medidas para o tratamento domiciliar da água para consumo humano. Também são debatidas questões em torno do uso racional dos recursos naturais, da recuperação e preservação das nascentes e cursos d'água, do saneamento e educação ambiental.

b) Formação para a cidadania.

Serão criados momentos para reflexão coletiva sobre a dimensão histórica das relações sócio-políticas entre a população do Semi-Árido e os poderes públicos municipal, estadual e federal, e os modelos de desenvolvimento preconizados para esta região. Busca-se ampliar construir novos conhecimentos e ampliar a compreensão sobre os circuitos onde as políticas públicas são pensadas e implementadas e sobre a importância da participação das comunidades e suas lideranças nesses circuitos. É discutida, também, a dimensão dos direitos humanos fundamentais e a obrigação da sua realização pelo Estado, bem como a importância da organização comunitária e das articulações para sua reivindicação, proposição e execução de políticas públicas. Destaca-se a importância do envolvimento das famílias na gestão de seus projetos e incentiva-se a incorporação das práticas para execução do projeto que está sendo implantado.

c) Convivência com o Semi-árido.

Nos processos de capacitação são provocadas análises e reflexões sobre as características naturais da região semi-árida e da localidade, a influência que exercem na vida produtiva e reprodutiva das famílias, bem como sobre as potencialidades que existem para uma convivência sustentável. É incentivado o uso de práticas alternativas e adaptadas para a região, em especial aquelas que contribuem para a preservação e uso racional dos recursos hídricos.

Esta metodologia também prevê o procedimento de recapacitar famílias que apresentem dificuldades na apropriação das técnicas orientadas para tratamento da água e manejo das cisternas. Assim, neste projeto está sendo proposta a recapacitação de outras 600 famílias, que já foram beneficiadas com as cisternas em outras etapas do Programa Um Milhão de Cisternas.

Este processo de recapacitação também tem o propósito de monitorar os resultados da implementação das cisternas e dos processos de capacitação, como: qualidade técnica das

construções; manutenção da qualidade da água armazenada; e a gestão que as famílias conseguem fazer sobre o uso dos recursos hídricos disponíveis.

2.2. Capacitação das CEMs - Comissões Executivas Municipais

Na quase totalidade dos municípios selecionados para a execução deste projeto já existem CEMs constituídas e capacitadas, com experiência acumulada na execução de projetos desta natureza. Neste sentido, cumpre a pertinência de dar continuidade aos processos de capacitação tendo em vista o importante papel destas comissões, enquanto co-responsáveis pelo processo de seleção de comunidades e famílias a serem beneficiadas, pela organização de processos de acompanhamento, monitoramento, avaliação e publicização dos resultados das ações executadas.

Existem CEMs que necessitam de serem revitalizadas e, apenas no município de Montes Claros ainda deverá ser criada uma Comissão Executiva, cabendo ao CAA/NM, nas suas atribuições enquanto UGM, mobilizar atores sociais e assessorar a sua criação e capacitação.

Com as demais CEMs, as UGMs deverão coordenar os processos de capacitação e revitalização, bem como fornecer orientações metodológicas para a execução do projeto aqui apresentado.

2.3. Oficinas com as UGMs para Planejamento e Monitoramento.

Estas oficinas fazem parte do ciclo de capacitação proposto na metodologia adotada e têm o propósito de fortalecer as relações entre a entidade proponente, que se constitui como UGC – Unidade Gestora Central - e as UGMs – Unidades Gestoras Microrregionais, realizar planejamentos conjuntos e monitorar a execução do projeto. São importantes momentos para identificação de elementos potenciais e limitantes, saneamento de dificuldades encontradas e proposição de soluções que garantam a agilidade da execução do projeto e o alcance dos objetivos. Deverão contar com a participação dos coordenadores das instituições e equipes executoras dos projetos.

Também compete às UGMs a sistematização das informações obtidas nos processos de monitoramento e avaliação, bem como a elaboração de prestação de contas da execução física e financeira do projeto. A proposta é a apresentação de relatórios trimestrais de prestação de contas ao órgão financiador, aos quais deverão ser anexados os “Termos de Recebimento” das obras executadas (vide modelo adotado no anexo II).

2.4. Oficina de aperfeiçoamento em técnicas de confecção de bomba manual.

As bombas manuais são uma tecnologia alternativa que permitem a retirada da água das cisternas sem destampá-las, evitando a contaminação da água e garantindo segurança para as famílias. Em Minas Gerais encontram-se 245 jovens e adultos, de comunidades já beneficiadas, capacitados para a confecção destas bombas (Relatório ASA Brasil, 2008). Para a execução deste projeto, propõe-se a continuidade desta capacitação para jovens e

adultos das novas comunidades a serem beneficiadas. Também poderão ser adotadas novas técnicas e práticas para aperfeiçoamento destas bombas.

Etapa 3 - Construção de Cisternas

A proposta contida neste projeto é a construção de 2.000 cisternas de placas, em 31 municípios, cujo processo é desencadeado a partir da realização de reuniões nas comunidades com as famílias selecionadas, definindo o cronograma de atividades e elegendo uma Comissão Comunitária para animar os processos e acompanhar a execução das obras. As atividades consistem em contratação de pedreiros, organização de mutirões com participação ativa das famílias, aquisição e distribuição do material de construção e confecção das cisternas. O projeto deverá custear a aquisição do material de construção, o pagamento da força de trabalho dos pedreiros e as despesas com o acompanhamento das obras.

Todos estes procedimentos estarão sendo coordenados pelos Animadores contratados pelas UGMs, com o apoio das CEMs e das UELs. Ao final da execução das obras, os Animadores deverão visitar cada família, verificar a qualidade do trabalho executado, fotografar a família e sua obra, e recomendar a formulação do “Termo de Recebimento” (conforme modelo no Anexo II), que deverá ser assinado pela família no ato da entrega da obra (que é sempre celebrada e comemorada com iniciativas muito próprias de cada comunidade).

Etapa 4 – Custeio da UGC e UGMs.

Faz parte da estratégia metodológica o investimento no fortalecimento institucional das Unidades Gestoras (Central e Microrregionais), tendo em vista o aumento da sua capacidade operacional para dar conta da dinâmica do Programa e do projeto a ser executado. Assim, a UG, neste caso a Caritas Brasileira – Regional; Minas Gerais deve contar com profissionais com perfil para dedicação exclusiva ao projeto, encarregando-se da sua capacitação metodológica. Além disso, de acordo com o perfil de cada entidade, é preciso prever assessorias especializadas e aporte estrutural e administrativo.

Como a proposta do PIMC é uma ação em rede e com inúmeros aportes de contrapartidas (da ASA Brasil, ASA Minas, Unidades Gestoras, CEMs, UELs e das próprias comunidades), o apoio de projetos específicos para o fortalecimento institucional procura verificar as fragilidades momentâneas das entidades executoras, tendo em vista o incremento às possibilidades de êxito do projeto a ser executado. Desta forma, o apoio solicitado para execução deste projeto está focado na necessidade de contratação de quadro de pessoal, conforme orçamento em anexo complementação do quadro de pessoal da UGC e de custeio das atividades-fim a serem executadas pela UGMs – neste caso, a Caritas Diocesana de Januária, CAA; NM e CAV.

Etapa 5 – Eventos para Avaliação

Além do monitoramento local da execução do projeto, serão realizados seis Encontros Microrregionais e dois Encontros Regionais para avaliações dos resultados e impactos de

sua execução. Deverão participar destes Encontros representantes das entidades gestoras e executoras; representantes das comunidades beneficiadas; parceiros da ASA Minas; representantes das comissões municipais e comunitárias; agentes multiplicadores/educadores em GRH, pedreiros e confeccionadores de bombas; representantes do financiador do projeto.

Nestes encontros são propiciadas oportunidades para intercâmbio das experiências vivenciadas, localizando potencialidades e limitações, bem como os impactos que vêm sendo gerados com a execução das ações.

Etapa 6 – Comunicação e publicização

A ASA Brasil sempre investiu na construção de meios próprios e na utilização dos meios de comunicação existentes na sociedade para a socialização de informações e divulgação das suas ações de seus parceiros. Entende que a democratização da informação e a transparência dos meios e recursos utilizados para execução das ações são um poderoso instrumento motivador e mobilizador da participação popular e seu engajamento nas lutas sócio-políticas. Assim, foram feitos investimentos na produção de materiais radiofônicos (programas, spot e boletins de rádio) e na aproximação com emissoras comunitárias e comerciais da região semi-árida; na confecção de cartilhas; em boletins eletrônicos; e na capacitação de representantes das Unidades Gestoras e Executoras para a produção de materiais e utilização dos meios de comunicação.

Assim, para a publicização das ações propostas neste projeto, estes mecanismos estarão sendo utilizados, com a compreensão de que irão contribuir para a consecução da meta do Projeto: construir 2.000 cisternas no semi-árido mineiro. Como atividades específicas deste projeto, propomos a confecção de uma cartilha para divulgação dos processos e resultados alcançados com a execução do projeto; cartilha educativa para convivência com o Semi-Árido; cartazes e folders para mobilização comunitária; multiplicação do Informativo ASA; e produção de programas para rádios locais.

Outras etapas

Finalmente, vale esclarecer que as etapas da metodologia aqui apresentada estão organizadas com caráter didático, mas poderão ser executadas de forma simultânea, dependendo da dinâmica local e das necessidades de agilização dos procedimentos. Como também é importante destacar que existem outras etapas previstas na metodologia que, embora não constantes desta solicitação de financiamento, continuarão sendo executadas como contrapartida da rede ASA, a saber:

a) Oficinas de intercâmbio entre educadores/ multiplicadores (as) em GRH.

O processo de capacitação das famílias é executado sob a coordenação das UGMs, através de educadores/ multiplicadores, capacitados nas metodologias aplicadas pela ASA (são

284 educadores/ multiplicadores capacitados no Brasil, segundo relatório da ASA Brasil, 2008). As oficinas têm como propósito promover atualizações nas metodologias utilizadas nos cursos de GRH, incorporando novos métodos e recursos pedagógicos, bem como intercambiar e incorporar experiências inovadoras e bem sucedidas praticadas pelos educadores/ multiplicadores nos seus locais de atuação. Também são realizadas análises do material pedagógico utilizado e sua pertinência para o público trabalhado.

b) Oficinas para aperfeiçoamento em técnicas de construção de cisternas.

As cisternas serão construídas por pedreiros capacitados em técnicas de construção de cisternas, armazenamento e manejo da água de chuvas, selecionados / indicados na região onde o projeto está sendo executado. O objetivo é o aproveitamento e valorização da mão-de-obra local, como também obter agilidade nos processos de construção. Em Minas Gerais, já existem 311 pedreiros capacitados e recapitados (ASA Brasil, 2008), e na medida em que novos municípios e comunidades passam a ser beneficiados, outros pedreiros são incorporados e capacitados, conforme a necessidade.

Os cursos utilizam metodologias participativas que têm como propósito inserir pedreiros na lógica do projeto a ser executado e torná-los sujeitos dos processos, pois são estes/as que têm contato diretamente com as famílias, em todas as comunidades. O conteúdo dos cursos aborda desde questões sobre a necessidade de aprender e multiplicar diferentes técnicas de construção, até os procedimentos técnicos para localização das cisternas nas casas das famílias; definição do volume de água que pode ser armazenada a partir de cálculos da dimensão e da área de captação, bem como a importância dos outros componentes das cisternas: tampa, bomba manual, tela de proteção de entrada de água na calha e placa de identificação.

VI – ENTIDADES ENVOLVIDAS

O projeto ora apresentado será executado pela Caritas Regional Minas Gerais, tendo como co-executores a Caritas Diocesana de Januária, o CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – e o CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, os quais são apresentados a seguir.

A CÁRITAS DIOCESANA DE JANUÁRIA

A Caritas Diocesana de Januária está sediada no município de Januária-MG e foi fundada em 21/05/1999, com o objetivo de exercer atividades de promoção e assistência social junto a famílias e comunidades da região do Médio São Francisco, no Norte de Minas Gerais. Atualmente atua em treze municípios desta região, sendo eles: Januária, São Francisco, Pintópolis, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, São João das Missões, Pedras de Maria da Cruz, Bonito de Minas, Itacarambi, Manga, Montalvânia, Miravânia e São Romão. Sua ação nesses municípios envolve diretamente 800 famílias e indiretamente 1260 famílias de agricultores familiares, sendo atendidas diretamente 600 famílias de comunidades tradicionais, 254 famílias indígenas, 375 famílias sem-terra. Também são desenvolvidas atividades específicas com 35 famílias de catadores de materiais recicláveis, 25 famílias de pescadores e 449 crianças e jovens.

Conta, em seu quadro de colaboradores, com 15 agentes contratados e 125 agentes voluntários, além da orientação eclesial de três sacerdotes e sete religiosas.

Desenvolve seus programas de trabalho junto às populações a partir de quatro linhas de atuação, a saber:

➤ **Linha 01 – Defesa e Promoção de Direitos da População em situação de exclusão social.**

Nesta linha de ação são trabalhados o Programa de Defesa e promoção dos Direitos da Infância, Adolescência e Juventude e o Programa de Protagonismo Juvenil. São ações desenvolvidas junto às famílias, comunidades e escolas, buscando a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, sua reinserção social e atuação nas comunidades, com vistas a melhoria da convivência familiar e escolar e da qualidade de vida.

A defesa da vida e de um novo projeto de sociedade, a cultura da solidariedade, mística e espiritualidade são elementos presentes nas ações desenvolvidas com crianças adolescentes e jovens, através do incentivo e oportunização de participação nas atividades de luta pela terra, nos Conselhos, nos grêmios estudantis, em romarias da Terra e das Águas e outros eventos de mobilização popular e formação cidadã.

➤ **Linha 02 - Mobilizações Cidadãs e Conquista de Relações Democráticas:**

Com esta linha de ação busca-se promover a participação e articulação das comunidades e suas lideranças em espaços de participação social e política local, regional, estadual e nacional, como Conselhos Municipais, ASA Brasil e ASA Minas, CONSEA, CRSAN Médio São Francisco, Fórum Social Mineiro, redes diversas, dentre outros. Também são realizados diversos eventos de formação temática, incluindo temas como Políticas Públicas, Segurança Alimentar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Convivência no Semi-

árido, Economia Popular Solidária, Educação Contextualizada, Gerenciamento de Recursos Hídricos, Relações Sociais de Gênero e outros.

➤ **Linha 03 - Desenvolvimento Solidário e Sustentável.**

Esta linha de ação tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações, através do incentivo à diversificação da produção, valorização da biodiversidade, a valorização e incentivo ao cultivo e uso das plantas medicinais, bem como o incentivo ao trabalho coletivo, a intensificação dos laços de solidariedade entre as famílias, ao fortalecimento das organizações de base e de um modelo sustentável e solidário, baseado nos princípios agroecológicos e na equidade de gênero.

Tem como instrumento o Programa de Convivência com o Semi-árido, desenvolvendo tecnologias apropriadas voltadas para convivência com a seca, sendo executora do PIMC – Programa Um Milhão de Cisternas (até 2007, já foram construídas 914 cisternas para captação de águas pluviais, em 24 comunidades de 07 municípios do Médio São Francisco; com capacitação de 914 famílias em gerenciamento de recursos hídricos); atuando com ações de recuperação e preservação ambiental na sub-bacia do Rio dos Cochos no município de Januária, (onde foram construídas 530 barraginhas e 02 barragens subterrâneas); implantando projetos com fundo rotativo e buscando desenvolver uma Economia Popular Solidária; incentivando a proteção ao meio-ambiente e apoiando a criação da Associação de Catadores de materiais recicláveis de Januária.

➤ **Linha 04 - Sustentabilidade, Fortalecimento e organização da Cáritas.**

Esta linha reúne as ações para o fortalecimento institucional da Cáritas, através da formação de seus agentes, divulgação das atividades desenvolvidas, captação de recursos e aperfeiçoamento da gestão institucional.

Para desenvolver suas linhas de ação, a Cáritas Diocesana de Januária conta com o apoio da Cooperação Internacional e vem acumulando experiências no desenvolvimento de projetos com apoio de Prefeituras (São Francisco, Chapada Gaúcha, Pintópolis e Cônego Marinho) e executando projetos governamentais como o PROSAN, PSA e PRODHASAN do Governo Estadual; PIMC, Cursos de Capacitação do SENAR e Projeto Barraginhas da Fundação Banco do Brasil, com recursos do Governo Federal.

Além disso, fazem parte das suas estratégias o uso de metodologias participativas e o estabelecimento de parcerias e alianças com as organizações populares, como os Sindicatos de trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias e movimentos sociais diversos.

O CAA/NM – CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS.

O CAA/NM é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, constituída como uma Associação de Agricultores e Agricultoras, que surge a nos meados da década de 80 a partir dos anseios da movimentação popular no Norte de Minas e com o propósito de construir uma nova referência para a agricultura familiar e para o desenvolvimento regional. Atualmente, tem como objetivo geral “a consolidação de ações afirmativas em defesa dos direitos territoriais das populações tradicionais e de promoção e irradiação do conhecimento agroecológico, com vistas ao fortalecimento dos sistemas nativos de produção, da soberania alimentar, da economia solidária e a ampliação das estratégias de conservação e uso sustentável da biodiversidade” (Planejamento Institucional, 2007/ 2010).